

Um aliado importante na renegociação da dívida

Quando se aproxima um momento-chave para o equacionamento da questão externa — a reunião dos membros do Clube de Paris, a partir do dia 15 deste mês, para avaliar, entre outros assuntos, as condições propostas pelo Brasil para a renegociação da dívida junto aos organismos governamentais —, assume particular importância o apoio manifestado às nossas pretensões pelo presidente do Banco Mundial, Barber Conable. Em sua primeira visita ao País, Conable, indagado pelos jornalistas sobre a posição do banco na questão da dívida, deixou claro que não cabe ao BIRD substituir o Fundo Monetário Internacional num processo de monitoramento da economia brasileira, mas assegurou que a instituição vai empenhar-se junto aos credores para que o País possa obter melhores condições de pagamento.

O Banco Mundial é um organismo ao qual os brasileiros devem reconhecimento, pelo vulto da colaboração que vem prestan-

do ao nosso desenvolvimento. Um dos maiores clientes do banco, tendo recebido ao longo dos últimos 37 anos cerca de US\$ 13,5 bilhões para mais de 150 projetos, o Brasil não deixou de ter acesso a seus recursos mesmo após a crise do balanço de pagamentos de 1982, quando a comunidade financeira internacional lhe suspendeu os empréstimos. E agora, pela voz do principal dirigente da instituição, ficamos sabendo que o Brasil poderá contar com esse tradicional aliado, numa rodada de negociações da maior importância para o futuro de seu projeto político e econômico.

Além de reconfortantes, as declarações prestadas por Conable contribuem para que as discussões internas sobre a questão da dívida sejam recolocadas num plano menos emocional. A maciça vitória do PMDB nas últimas eleições, obtida em grande parte pelo apoio da população ao Plano Cruzado, e a infeliz coincidência da tomada de decisões duras pelo governo para ajustar os rumos da

economia geraram esse clima emocional.

Embora compreensível e até justificável, a pregação das lideranças parlamentares da situação e dos governadores recém-eleitos, em favor de um endurecimento perante os credores internacionais, pouco ajuda neste momento do processo de negociação. Já dissemos, em outros comentários, que o Brasil precisa reduzir as remessas líquidas de recursos para o exterior, a algo como 2 ou 2,5% do Produto Interno Bruto, se quiser manter um crescimento econômico compatível com sua expansão demográfica e com a necessidade de superar suas graves carências sociais. Mas é também nossa opinião que se deve sempre preferir a via da negociação à da força, não sendo o Brasil uma ilha isolada do mundo, e que uma moratória não se declara nem se escolhe, cai-se nela.

A despeito de certo ceticismo demonstrado por alguns representantes da comunidade financeira internacional quanto às pos-

sibilidades de êxito do atual programa de estabilização econômica do Brasil, não temos dúvida de que os governos dos países industrializados e os credores em geral sabem que não lhes interessa forçar uma confrontação com um devedor de tamanho porte. Devem eles saber, também, que a política brasileira atual, de sustentação do crescimento econômico, implica a ampliação das compras de mercadorias e serviços em seus próprios países, compensando assim, de certa forma, a redução reivindicada pelo Brasil no pagamento de juros.

Existem, portanto, amplas condições para que se obtenham os resultados desejados na renegociação da dívida externa, apesar da deterioração do saldo comercial e da redução das reservas cambiais nos últimos meses. Sendo assim, não há por que não esgotar todas as possibilidades de entendimento com nossos credores, visando ao alcance dos interesses comuns e sem cultivar falsas noções de soberania.